

# 212 No plenário, só política.

Na Comissão de Seguridade resolveu-se todo o drama dos planos de Custeio e de Benefícios da Previdência Social, numa discussão em que os interessados intervieram diretamente, pela Federação Nacional dos Aposentados. Nos debates, a entidade era consultada passo a passo pelos parlamentares de oposição que não faziam um só acordo de votação com o governo sem ouvir os aposentados. Foi nessa comissão também que surgiram as primeiras denúncias de irregularidades na LBA, feitas pelo deputado José Dirceu (PT-SP).

No PCB, quem se destaca junto à opinião pública é o líder Roberto Freire (PE). Mas, em comissão, o partido brilha com Sérgio Arouca (RJ), que aplica todo o seu conhecimento de médico sanitarrista, ex-presidente da Fiocruz, no trabalho da Comissão de Seguridade. "Nas comissões há um tipo de debate que o plenário não permite. É um espaço privilegiado para os assuntos de dimensão técnica", analisa Arouca.

Embora as comissões sejam o canal de ligação da Câmara com a sociedade — ali, qualquer cidadão ou entidade pode reivindicar atenção à proposta que lhe interessa —, o público em geral só presta atenção no que se passa no plenário, geralmente vazio, porque seu funcionamento só faz sentido nos momentos de votação.

"Nos grandes parlamentos do mundo, como os da Itália, Inglaterra e Estados Unidos, o plenário só abre nos períodos de decisão. Assim, quando estão funcionando ficam sempre cheios e para a população fica clara a importân-

cia das comissões", diz Paulo Delgado (PT-MG). "Há uma ilusão de que o trabalho do Congresso se resume ao plenário. Na verdade, é nas comissões que todos os projetos são preparados e pesquisados. No plenário faz-se apenas a discussão política", afirma Germano Rigotto. Como professor universitário, Paulo Delgado foi indicado para a Comissão de Educação. A vocação profissional de cada um é a forma mais comum de composição de uma comissão, de que os deputados participam por indicação dos partidos. O grupo que cuida da Educação está há quase dois anos estudando a Lei de Diretrizes e Bases. Para elaborar essa lei, toda a comunidade educacional passou pela comissão.

A importância do que se decide na comissão é tão grande que os lobistas sabem perfeitamente que é por esse flanco que devem atacar. Toda a ação de grupos sociais entre deputados não deixa de ser um lobby. Mas o comum no Congresso são os profissionais representantes de empresas. Na votação da Lei de Informática, na Comissão de Ciência e Tecnologia, disputavam espaço na sala de 10 metros quadrados representantes do governo dos Estados Unidos, das empresas nacionais, das multinacionais, das universidades, da SBPC. Foi com dificuldade que os deputados conseguiram transpor essa pressão de interesses. O código de patentes, examinado por essa mesma comissão, só não chegará a plenário este ano porque os embates entre os nacionalistas, civis e militares, e as multinacionais acabou paralisando os trabalhos.